mentoria zeroum

RESUMO COMPLETO CGU · P3 · AFFC AUDITORIA

ECONOMIA E FINANÇAS DO SETOR PÚBLICO

Finanças Públicas, Orçamento e Contabilidade Pública · Tópico 1

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Sobre o seu exemplar

Este exemplar é seu. Ele sai com o seu nome e o seu CPF em todas as páginas, e é assim que eu mantenho o material fora dos grupos de rateio. É por isso que ele não tem senha nem bloqueio: imprima, destaque, anote à mão, leve para onde você estuda.

O Resumo Completo CGU é obra protegida pela Lei 9.610 de 1998, e a licença é individual, vinculada ao seu CPF. Ela não cobre revenda, rateio, nem publicação em grupo ou nuvem compartilhada.

Se você encontrar este arquivo circulando com o nome de outra pessoa, me avise em contato@mentoriazeroum.com.br.

Se encontrar um erro, use o botão abaixo. O relato chega direto a mim, com o nome deste resumo já preenchido, e cada correção que proceder entra na próxima versão do arquivo.

Reportar um erro

VERSÃO 3 · PRIMEIRA VERSÃO EM OUTUBRO DE 2026

Cada relato de erro é conferido na fonte e, quando procede, a correção sai numa versão nova deste arquivo. As atualizações deste resumo estão registradas abaixo.

ATUALIZAÇÕES DESTE RESUMO

- **Versão 2, 17/10/2026:** As aulas indicadas do Gran e do Direção agora têm link direto para a área do aluno. O material agora indica também os capítulos do curso pós-edital do Estratégia (LDI), com link direto.
- **Versão 3, 18/10/2026:** O resumo ganhou sumário com o número das páginas e marcadores no PDF, o gabarito repete o enunciado de cada questão, a banca passou a ser tratada no masculino (o Cebraspe) e todas as referências foram conferidas de novo no texto das fontes, com a correção de artigos, itens e páginas onde havia diferença. As caixas do Estratégia e das equivalências ganharam fundo claro, que gasta menos tinta na impressão. A tabela dos resultados fiscais explica a convenção de sinal: com o resultado positivo no superávit, os juros se subtraem; na ótica da NFSP, se somam.

Bons estudos.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

RESUMO COMPLETO CGU · P3 · AFFC AUDITORIA

Economia e finanças do setor público

Finanças Públicas, Orçamento e Contabilidade Pública · Tópico 1. 1.1 Funções alocativa, distributiva e estabilizadora; bens públicos, externalidades e monopólios naturais; financiamento de políticas e federalismo fiscal. 1.2 Progressividade, regressividade e neutralidade da tributação; resultados primário e nominal, déficit e necessidades de financiamento; restrições, riscos e sustentabilidade fiscal em análise aplicada.

COMO ESTE MATERIAL ESTÁ ORGANIZADO

1. **O trecho do edital**, logo acima, e o **mapa do tópico**, com cada item do edital, a seção deste material que o cobre, as páginas do Estratégia e a fonte oficial.
2. **O texto**, no recorte exato do edital, na ordem dos itens.
3. **As citações literais**, conferidas no texto oficial, com o artigo ou a página de onde saíram e o link para a norma.
4. **Os quadros Como o Cebraspe pode cobrar e Pontos importantes**, com as pegadinhas da banca no tema e o essencial do tópico.
5. **As caixas pretas do Estratégia**, com as páginas de cada aula sobre o assunto, o capítulo do curso pós-edital (LDI) e, quando existe, a aula equivalente do Gran e do Direção.
6. **As questões abertas**, com as respostas na página seguinte, e **as questões literais** de certo ou errado, com o trecho da norma no gabarito.
7. **A legislação, a jurisprudência e as fontes** do tópico, com os links oficiais.
8. **Os cadernos do TEC** do tópico, com os assuntos que cada um cobra.

SUMÁRIO

Mapa do tópico	4
1. As três funções do governo (Musgrave)	4
2. Falhas de mercado: bens públicos, externalidades e monopólios naturais	5
3. Financiamento de políticas e federalismo fiscal	6
4. Tributação: progressividade, regressividade e neutralidade	7
5. Resultados fiscais: primário, nominal e necessidades de financiamento	9
6. Restrições, riscos e sustentabilidade fiscal	10
Questões abertas de fixação	13
Respostas das questões abertas	16
Questões literais (Certo ou Errado)	17
Gabarito das questões literais	19
Legislação, jurisprudência e fontes	21
Atividades sugeridas do Estratégia e do TEC neste tópico	22

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Mapa do tópico

Item do edital	Neste material	Estratégia (aprofundamento)	Fonte oficial
1.1 Funções alocativa, distributiva e estabilizadora	Seção 1	Finanças Públicas, aula 00, p. 62 a 75	Enap, Economia do Setor Público, módulo 4
1.1 Bens públicos, externalidades e monopólios naturais	Seção 2	Finanças Públicas, aula 00, p. 3 a 62	Enap, Economia do Setor Público, módulo 3
1.1 Financiamento de políticas e federalismo fiscal	Seção 3	Finanças Públicas, aula 03, p. 3 a 38	CF, arts. 157 a 162
1.2 Progressividade, regressividade e neutralidade	Seção 4	Finanças Públicas, aula 02, p. 3 a 57	CF, art. 145, §§ 1º, 3º e 4º; art. 153, § 2º, I; art. 156-A, § 1º
1.2 Resultados primário e nominal, déficit e NFSP	Seção 5	Finanças Públicas, aula 01, p. 3 a 35	LC 200/2023, art. 2º; LRF, art. 4º; Enap/EVG, Finanças Públicas e Estatísticas Fiscais, p. 86 a 94
1.2 Restrições, riscos e sustentabilidade fiscal	Seção 6	Finanças Públicas, aula 01, p. 3 a 35	LC 200/2023, arts. 2º a 8º; LRF, art. 4º, §§ 3º e 5º

Páginas das fontes oficiais e do Estratégia: as do PDF, como aparecem no leitor de PDF.

1 As três funções do governo (Musgrave)

Richard Musgrave organizou a atuação do Estado na economia em três funções. É a base de quase toda questão de economia do setor público.

Função	Objetivo	Instrumentos e exemplos
Alocativa	Fornecer bens e serviços que o mercado não oferece ou oferece mal (falhas de mercado)	Segurança, defesa, iluminação pública, infraestrutura, saúde preventiva; regulação de monopólios
Distributiva	Ajustar a distribuição de renda e riqueza a padrões que a sociedade considera justos	Tributação progressiva, transferências de renda (Bolsa Família, BPC), gasto social focalizado
Estabilizadora	Manter emprego, estabilidade de preços e crescimento equilibrado	Política fiscal (gasto e tributo anticíclicos) e monetária; estabilizadores automáticos

CITAÇÃO LITERAL

*"A **função alocativa** está associada ao fornecimento de bens e serviços **não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado**."*

Enap, Economia do Setor Público (2018), módulo 4, p. 14 · abrir a norma

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Estabilizadores automáticos agem sem decisão nova do governo: na recessão, a arrecadação cai e o seguro-desemprego sobe, sustentando a demanda; no aquecimento, ocorre o contrário. Uma mesma política pode exercer mais de uma função: o imposto progressivo distribui e também ajuda a estabilizar.

ESTRATÉGIA · APROFUNDE AQUI · P. 62 A 75

Finanças Públicas · Aula 00

Foco: funções do governo e evolução do papel do Estado.

Atividade sugerida: ler as páginas e fazer o caderno do tópico no TEC (link no fim).

https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/219982/aulas

NO CURSO PÓS-EDITAL (LDI)

Finanças Públicas para CGU: capítulo 1 (Economia e finanças do setor público), itens 1.13 a 1.17

SE O SEU CURSO FOR OUTRO

Gran (vídeo, ainda sem PDF): curso de Conhecimentos Básicos, disciplina "Administração Pública e Fundamentos de Políticas Públicas", vídeo "Políticas ou Funções Econômicas Governamentais"

Direção (livro digital): módulo "Finanças Públicas, Orçamento e Contabilidade Pública", aula 1 (Orçamento público: conceitos), capítulo "Atividade Financeira do Estado (AFE)"

2 Falhas de mercado: bens públicos, externalidades e monopólios naturais

Bem	Rival?	Excluível?	Exemplo
Privado	Sim	Sim	Comida, roupa
Público puro	**Não**	**Não**	Defesa nacional, iluminação pública, farol
Comum (recurso comum)	Sim	Não	Peixes no oceano, pastagem aberta
De clube (tarifável)	Não (até congestionar)	Sim	TV a cabo, rodovia com pedágio vazia

Não rivalidade: o consumo de um não reduz o do outro. **Não exclusão:** não é possível (ou é caro demais) impedir quem não paga de consumir.

Os bens públicos puros geram o problema do **carona**: ninguém revela quanto valoriza o bem, porque pode usar sem pagar. O mercado subprovê, e o Estado provê financiando com tributos. Recursos comuns sofrem a **tragédia dos comuns**: uso excessivo porque ninguém arca com o custo do esgotamento.

Falha	O que é	Resposta típica do Estado
Externalidade negativa	Custo imposto a terceiros sem compensação (poluição)	Tributo pigouviano, regulação, cotas negociáveis
Externalidade positiva	Benefício gerado a terceiros sem pagamento (vacinação, educação)	Subsídio, provisão pública, obrigatoriedade

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Monopólio natural	Custo médio decrescente: uma só empresa atende o mercado a menor custo (rede de água, energia, ferrovia)	Regulação de preço e qualidade, concessão ou empresa estatal
Assimetria de informação	Uma parte sabe mais (seleção adversa, risco moral)	Regulação, exigência de informação, seguro obrigatório
Mercados incompletos	O mercado não oferece certos bens ou seguros	Crédito público, seguros sociais

CITAÇÃO LITERAL

*"**Monopólio natural** surge quando uma única empresa pode oferecer um bem ou serviço ao mercado inteiro a um **custo menor** do que fariam duas ou mais empresas. Ele aparece quando há **economias de escala** na faixa relevante de produção."*

Enap, Economia do Setor Público (2018), módulo 3, p. 12 · abrir a norma

O **Teorema de Coase** lembra que, com direitos de propriedade bem definidos e custos de transação baixos, as partes podem negociar a solução da externalidade sem o Estado. Na prática, custos de transação altos justificam a intervenção. Há também **falhas de governo** (captura, informação limitada, incentivos eleitorais), que o controle ajuda a reduzir.

PONTOS IMPORTANTES

- As funções do governo são a alocativa (corrige falhas de mercado), a distributiva (atua sobre a renda) e a estabilizadora (atua sobre o ciclo econômico).
- O bem público puro é não rival e não excluível, o que gera o problema do carona.
- A externalidade negativa se corrige com tributo pigouviano; o monopólio natural, com regulação.

ESTRATÉGIA · APROFUNDE AQUI · P. 3 A 62

Finanças Públicas · Aula 00

Foco: p. 38 a 61, falhas de mercado (bens públicos e carona, externalidades, teorema de Coase, imposto de Pigou e licenças negociáveis, assimetria de informações); as p. 3 a 37 dão a base de eficiência de Pareto. Monopólio natural não tem item próprio na teoria da aula e só aparece nas questões: estude-o pela tabela e pela citação da Enap acima.

https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/219982/aulas

NO CURSO PÓS-EDITAL (LDI)

Finanças Públicas para CGU: capítulo 1 (Economia e finanças do setor público), itens 1.9 a 1.12

3 Financiamento de políticas e federalismo fiscal

Políticas públicas são financiadas por **tributos**, **receitas patrimoniais e de serviços**, **transferências** entre entes e **endividamento**. O federalismo fiscal estuda como dividir encargos e receitas entre níveis de governo.

Princípio	Ideia

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Correspondência fiscal (Oates)	Cada bem deve ser provido pelo nível de governo cuja jurisdição coincide com quem se beneficia dele.
Subsidiariedade	O que o nível local pode fazer bem, faz; o central atua no que exige escala ou coordenação.
Funções	A função **alocativa** de bens locais tende a ser descentralizada; a **distributiva** e a **estabilizadora** tendem a ficar com o governo central.
Desequilíbrio vertical	Os entes subnacionais têm mais encargos que receitas próprias: o central arrecada mais e transfere.
Desequilíbrio horizontal	Entes do mesmo nível têm capacidades diferentes (regiões ricas e regiões pobres): transferências equalizadoras.

Transferência	Natureza	Exemplos
Constitucional obrigatória	Prevista na CF, automática	FPE e FPM (art. 159), cota-parte do ICMS para municípios (art. 158)
Legal	Prevista em lei	Fundeb, SUS fundo a fundo
Voluntária	Discricionária, por convênio ou instrumento similar	Convênios e contratos de repasse (LRF, art. 25)

As transferências corrigem desequilíbrios, mas podem gerar **preguiça fiscal** (o ente arrecada menos do que poderia) e **restrição orçamentária fraca** (expectativa de socorro do central). Daí as regras da LRF sobre transferências voluntárias e endividamento.

ESTRATÉGIA · APROFUNDE AQUI · P. 3 A 38

Finanças Públicas · Aula 03

Foco: federalismo fiscal, repartição de competências e de receitas, transferências.

https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/219982/aulas

NO CURSO PÓS-EDITAL (LDI)

Finanças Públicas para CGU: capítulo 4 (Federalismo fiscal), itens 4.1 a 4.8

SE O SEU CURSO FOR OUTRO

Direção (livro digital): módulo "Finanças Públicas, Orçamento e Contabilidade Pública", aula 4 (AFO na Constituição), capítulo "Transferências intergovernamentais e repartição das receitas tributárias"

4 Tributação: progressividade, regressividade e neutralidade

Conceito	Definição	Exemplo
Progressivo	A alíquota efetiva **cresce** com a renda: quem ganha mais paga proporcionalmente mais	IR com faixas
Proporcional (neutro em relação à renda)	A alíquota efetiva é a mesma para todas as rendas	Alíquota única sobre a renda

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Regressivo	A alíquota efetiva **cai** com a renda: o pobre compromete proporcionalmente mais	Tributos sobre consumo (ICMS, PIS/Cofins, IPI), em geral

O sistema brasileiro é considerado regressivo porque se apoia muito em tributos sobre consumo.

CITAÇÃO LITERAL

*"**Sempre que possível**, os impostos terão **caráter pessoal** e serão graduados segundo a **capacidade econômica do contribuinte**"*

CF/88, art. 145, § 1º · abrir a norma

CITAÇÃO LITERAL

*"As alterações na legislação tributária buscarão **atenuar efeitos regressivos**."*

CF/88, art. 145, § 4º, incluído pela EC 132/2023 · abrir a norma

SÓ NESTE MATERIAL

Os três conceitos do edital têm base expressa na Constituição, em parte trazida pela reforma tributária (EC 132/2023), que o curso não trata:

- **Progressividade:** o imposto de renda será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade (art. 153, § 2º, I).
- **Regressividade:** o art. 145, § 4º, citado acima, foi incluído pela EC 132/2023.
- **Neutralidade:** o IBS, imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, será informado pelo princípio da neutralidade (art. 156-A, § 1º, incluído pela EC 132/2023).
- **Outros princípios:** o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente (art. 145, § 3º, incluído pela EC 132/2023).

Princípio da tributação	Ideia
Neutralidade (eficiência)	O tributo deve distorcer o mínimo as decisões dos agentes (consumir, produzir, investir). Tributo ideal não muda o comportamento: o "imposto lump-sum".
Equidade horizontal	Quem está em situação igual paga igual.
Equidade vertical	Quem tem mais capacidade paga mais (base da progressividade).
Princípio do benefício	Paga quem se beneficia do serviço (taxas, contribuição de melhoria).
Capacidade de pagamento	Paga conforme a capacidade econômica (impostos).
Simplicidade	Baixo custo de cumprir e de administrar.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Existe um **trade-off** entre equidade e eficiência: tributos muito progressivos podem desestimular trabalho e investimento; tributos neutros podem ser injustos. O **peso morto** é a perda de bem-estar causada pela distorção do tributo.

ESTRATÉGIA · APROFUNDE AQUI · P. 3 A 57

Finanças Públicas · Aula 02

Foco: tipos de tributos, progressividade, regressividade, neutralidade e princípios da tributação.

Atividade sugerida: ler as páginas e fazer o caderno de tributação no TEC (link no fim).

https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/219982/aulas

NO CURSO PÓS-EDITAL (LDI)

Finanças Públicas para CGU: capítulo 3 (Progressividade, regressividade e neutralidade da tributação), itens 3.1 a 3.17

5 Resultados fiscais: primário, nominal e necessidades de financiamento

Resultado	Como se calcula	O que mostra
Primário	Receitas não financeiras menos despesas não financeiras (exclui juros)	Esforço fiscal do governo: quanto sobra para pagar juros e reduzir dívida
Nominal	Primário menos juros nominais (inclui correção monetária)	Variação da dívida fiscal líquida no período: o déficit nominal é a necessidade de financiamento total
Operacional	Primário menos juros reais (exclui a correção monetária)	Útil em inflação alta

NFSP (necessidades de financiamento do setor público) é o conceito do Banco Central, apurado "abaixo da linha" pela variação da dívida fiscal líquida (DFL). Ao contrário da dívida líquida do setor público (DLSP), a DFL não registra variações cambiais da dívida nem ajustes patrimoniais. O déficit nominal é a NFSP nominal. Atenção ao sinal: na tabela, o resultado é positivo quando há superávit, e por isso os juros se subtraem. O Banco Central divulga os mesmos resultados com o sinal trocado, como NFSP, em que o déficit é positivo (Enap, EVG 29910, p. 90). Na ótica da NFSP, os juros se somam: a NFSP nominal é a NFSP primária mais os juros nominais, e a NFSP operacional é a NFSP primária mais os juros reais.

CITAÇÃO LITERAL

*"No caso brasileiro, o resultado fiscal abaixo da linha é calculado pela **variação da dívida fiscal líquida** [...]. Cabe destacar que, no Brasil, a estatística **acima da linha é apurada pelo Tesouro Nacional**, ao passo que a estatística **abaixo da linha é apurada pelo Banco Central do Brasil**."*

Enap, Finanças Públicas e Estatísticas Fiscais (EVG, 2025), módulo 1, item 3.11, p. 86 e 87 · abrir a norma

Fixe a lógica: **superávit primário** pode conviver com **déficit nominal**, se os juros forem maiores que o superávit. A dívida só cai, em relação ao PIB, se o primário for suficiente diante dos juros e do crescimento.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

CITAÇÃO LITERAL

"A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas ***metas anuais de resultado primário do Governo Central****, para o exercício a que se referir e para os* ***3 (três) seguintes****, compatíveis com a* ***trajetória sustentável da dívida pública****."*

LC 200/2023 (Regime Fiscal Sustentável), art. 2º, caput · abrir a norma

ESTRATÉGIA · APROFUNDE AQUI · P. 3 A 35

Finanças Públicas · Aula 01

Foco: déficit, dívida, NFSP, resultado primário, nominal e operacional, sustentabilidade.

Atividade sugerida: ler as páginas e fazer o caderno de déficit e NFSP no TEC (link no fim).

https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/219982/aulas

NO CURSO PÓS-EDITAL (LDI)

Finanças Públicas para CGU: capítulo 2 (Resultados primário e nominal, déficit e necessidades de financiamento), itens 2.1 a 2.9

6 Restrições, riscos e sustentabilidade fiscal

Sustentabilidade fiscal é a capacidade de o governo honrar suas obrigações sem aumento explosivo da dívida. O indicador central é a relação **Dívida Bruta do Governo Geral / PIB**. A dinâmica depende de três fatores: **resultado primário**, **taxa de juros** e **crescimento do PIB**. Se os juros reais superam o crescimento, é preciso superávit primário para estabilizar a dívida.

CITAÇÃO LITERAL

"Considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida pública o estabelecimento de ***metas de resultados primários****, nos termos das leis de diretrizes orçamentárias, até a* ***estabilização da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB)****"*

LC 200/2023, art. 2º, § 1º · abrir a norma

CITAÇÃO LITERAL

*"****Anexo de Metas Fiscais****, em que serão estabelecidas metas anuais, em* ***valores correntes e constantes****, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os* ***dois seguintes****."*

LRF, art. 4º, § 1º · abrir a norma

CITAÇÃO LITERAL

*"****Anexo de Riscos Fiscais****, onde serão avaliados os* ***passivos contingentes*** *e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem."*

LRF, art. 4º, § 3º · abrir a norma

Restrição ou risco	Exemplo	Por que importa na análise

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Rigidez do gasto	Despesas obrigatórias (previdência, pessoal) ocupam a maior parte do orçamento	Sobra pouco espaço para despesas discricionárias e investimento
Vinculações de receita	Mínimos de saúde e educação, fundos	Reduzem a margem de escolha alocativa
Passivos contingentes	Ações judiciais, garantias dadas pela União, socorro a estatais	Podem virar despesa de repente
Riscos macroeconômicos	Queda do PIB, alta dos juros, inflação	Afetam receita e custo da dívida
Regras fiscais	Limite de crescimento da despesa e meta de primário (LC 200/2023)	Contingenciamento e bloqueio quando a receita frustra ou a despesa cresce (tópico 2 desta matéria)

SÓ NESTE MATERIAL

O **regime fiscal sustentável** (LC 200/2023) é hoje a principal restrição fiscal da União, e o curso só o menciona de passagem. As peças que mais importam:

Peça	Regra	Base
Meta de primário	Fixada na LDO para o Governo Central, para o exercício e os 3 seguintes, compatível com a trajetória sustentável da dívida. O Banco Central apura o resultado primário e a relação DBGG/PIB	LC 200/2023, art. 2º, caput e § 4º
Horizonte da dívida	O Anexo de Metas Fiscais da União traz o marco fiscal de médio prazo e o efeito, em 10 anos, das metas de primário sobre a trajetória da DBGG/PIB	LRF, art. 4º, § 5º, II e III
Intervalo de tolerância	0,25 ponto percentual do PIB, para menos e para mais. A meta se considera cumprida se o resultado apurado pelo Banco Central superar o limite inferior	LRF, art. 4º, § 5º, IV; LC 200/2023, art. 5º, § 3º
Limites de despesa	Limites individualizados de despesa primária por Poder e órgão, corrigidos pelo IPCA de 12 meses encerrados em junho do exercício anterior ao da LOA, mais o crescimento real do art. 5º	LC 200/2023, arts. 3º e 4º
Crescimento real do limite	70% do crescimento real da receita primária (com as deduções do § 2º), se a meta apurada no exercício anterior ao da elaboração da LOA foi cumprida; 50%, se não foi. Sempre entre 0,6% e 2,5% ao ano	LC 200/2023, art. 5º
Meta descumprida	Resultado abaixo do limite inferior: aplicam-se as vedações do art. 167-A da CF, incisos II, III e VI a X, até a próxima apuração anual; no segundo ano seguido, incisos I a X	LC 200/2023, art. 6º
Rigidez	Se, no exercício anterior, a despesa primária obrigatória passar de 95% da despesa primária total sujeita aos limites, aplicam-se as vedações do art. 167-A da CF, incisos I a IX	LC 200/2023, art. 8º

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

CITAÇÃO LITERAL

"No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: [...] IV - os ***intervalos de tolerância*** *para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes,* ***de menos 0,25 p.p.*** *(vinte e cinco centésimos ponto percentual) e* ***de mais 0,25 p.p.*** *(vinte e cinco centésimos ponto percentual) do PIB previsto no respectivo projeto de lei de diretrizes orçamentárias"*

LRF, art. 4º, § 5º, caput e inciso IV, incluídos pela LC 200/2023 · abrir a norma

Em análise aplicada, olhe sempre: a política cabe nas regras fiscais? É despesa obrigatória ou discricionária? Cria compromisso de longo prazo (despesa continuada)? Há fonte de receita estável? Quais riscos podem frustrar a execução?

PONTOS IMPORTANTES

- O resultado primário exclui os juros; o nominal inclui os juros; o déficit nominal corresponde às NFSP.
- A sustentabilidade fiscal exige estabilizar a relação DBGG/PIB, que depende do resultado primário, dos juros e do crescimento.
- A LC 200/2023 fixa metas de primário do Governo Central para o exercício e os 3 seguintes. A LRF prevê o Anexo de Metas (art. 4º, § 1º: o exercício e os 2 seguintes, como regra geral; § 5º, I, só para a União: o exercício e os 3 seguintes) e o Anexo de Riscos Fiscais.
- A meta de primário tem tolerância de 0,25 p.p. do PIB, para mais ou para menos. O limite de despesa cresce 70% (com a meta cumprida) ou 50% (com a meta descumprida) do crescimento real da receita, sempre entre 0,6% e 2,5% ao ano.

AMOSTRA

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

COMO O CEBRASPE PODE COBRAR

- Dizer que a função estabilizadora busca corrigir a distribuição de renda (é a distributiva).
- Dizer que bem público puro é rival e não excluível (é não rival e não excluível).
- Afirmar que tributos sobre consumo são, em regra, progressivos (tendem a ser regressivos).
- Dizer que o resultado primário inclui os juros da dívida (exclui).
- Afirmar que superávit primário garante superávit nominal (os juros podem superar o primário).
- Trocar prazos: o art. 2º da LC 200/2023 fala no exercício e nos 3 seguintes; o art. 4º, § 1º, da LRF, no exercício e nos 2 seguintes. Cuidado: para a União, o § 5º, I, do mesmo art. 4º (incluído pela LC 200/2023) também fala em 3.
- Dizer que a meta de primário só se considera cumprida se o resultado atingir o valor fixado na LDO (basta superar o limite inferior do intervalo de tolerância).
- Afirmar que o resultado "abaixo da linha" é apurado pelo Tesouro Nacional ou pela variação total da dívida (é do Banco Central, pela dívida fiscal líquida, sem ajustes patrimoniais e cambiais).
- Dizer que farol e TV aberta são bens exclusivos (não são: ninguém é excluído do uso) ou que, no bem não rival, o custo marginal de um consumidor a mais é positivo (é zero).
- Dizer que bem comum (de acesso livre) e bem público diferem pela exclusão (diferem pela rivalidade: o bem comum é rival, e por isso se esgota).
- Atribuir a Pigou a solução por direitos de propriedade bem definidos e a Coase a solução por imposto (é o inverso).
- Afirmar que a piora do resultado na recessão, causada só pelos estabilizadores automáticos, deteriora o resultado estrutural (piora o resultado observado; o estrutural desconta o ciclo).
- Dizer que cumprir as metas de primário garante, por si só, a sustentabilidade da dívida (dependem também dos juros, do crescimento e do custo de financiamento).
- Afirmar que financiar o déficit com emissão de moeda é neutro para a inflação quando o banco central é independente.

PARA IR ALÉM · CURSOS DA EVG E DA ENAP (OPCIONAL)

- Economia do Setor Público (Enap, 2018), módulo 3: razões da intervenção do Estado: externalidades, Coase, bens públicos, assimetria e poder de mercado (monopólio natural nas p. 11 e 12).
- Economia do Setor Público (Enap, 2018), módulo 4: tributação, regressividade, progressividade e neutralidade (p. 10 e 11) e funções clássicas (p. 14 e 15).
- Finanças Públicas e Estatísticas Fiscais (Enap/EVG, 2025): módulo 1, itens 3.10 a 3.13 (p. 85 a 94): acima e abaixo da linha, resultados nominal, operacional e primário, DLSP, DFL e DBGG.
- Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil (Enap): módulos 1 a 3.

? Questões abertas de fixação

Responda sem consultar. As respostas estão na página seguinte.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

1. Descreva as três funções do governo segundo Musgrave e dê um exemplo de cada.

2. O que são estabilizadores automáticos?

3. Quais as características do bem público puro e por que o mercado o subprovê?

4. Diferencie externalidade positiva e negativa e indique uma resposta do Estado para cada uma.

5. O que é monopólio natural e como o Estado costuma lidar com ele?

6. Explique os desequilíbrios vertical e horizontal no federalismo fiscal.

7. Diferencie tributo progressivo, proporcional e regressivo.

8. O que é neutralidade tributária?

9. Diferencie resultado primário, nominal e operacional.

AMOSTRA

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

10. De que depende a sustentabilidade da dívida e qual o papel do Anexo de Riscos Fiscais?

11. Como a LC 200/2023 liga o limite de despesas à meta de resultado primário?

AMOSTRA

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

✓ Respostas das questões abertas

1.

Descreva as três funções do governo segundo Musgrave e dê um exemplo de cada.

Alocativa: prover bens que o mercado não oferece adequadamente (segurança pública). Distributiva: ajustar a distribuição de renda (Bolsa Família, IR progressivo). Estabilizadora: manter emprego e preços estáveis (gasto anticíclico, estabilizadores automáticos).

2.

O que são estabilizadores automáticos?

Mecanismos que atuam sem decisão nova do governo: na recessão a arrecadação cai e gastos como seguro-desemprego sobem, sustentando a demanda; na expansão, o contrário.

3.

Quais as características do bem público puro e por que o mercado o subprovê?

Não rivalidade e não exclusão. O mercado subprovê porque ninguém revela quanto valoriza o bem, já que pode consumir sem pagar (carona).

4.

Diferencie externalidade positiva e negativa e indique uma resposta do Estado para cada uma.

Negativa: custo imposto a terceiros sem compensação (poluição), corrigida por tributo pigouviano ou regulação. Positiva: benefício a terceiros sem pagamento (vacinação), estimulada por subsídio ou provisão pública.

5.

O que é monopólio natural e como o Estado costuma lidar com ele?

Situação de custo médio decrescente em que uma só empresa atende o mercado a menor custo (redes de água, energia). O Estado regula preço e qualidade, concede o serviço ou o presta por estatal.

6.

Explique os desequilíbrios vertical e horizontal no federalismo fiscal.

Vertical: entes subnacionais têm mais encargos que receitas próprias, e o governo central transfere. Horizontal: entes do mesmo nível têm capacidades desiguais, corrigidas por transferências equalizadoras.

7.

Diferencie tributo progressivo, proporcional e regressivo.

Progressivo: alíquota efetiva cresce com a renda. Proporcional: alíquota efetiva igual para todos. Regressivo: alíquota efetiva cai com a renda, como nos tributos sobre consumo.

8.

O que é neutralidade tributária?

Princípio de que o tributo deve distorcer o mínimo as decisões econômicas dos agentes, reduzindo o peso morto.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

9.

Diferencie resultado primário, nominal e operacional.

Primário: receitas menos despesas não financeiras, sem juros. Nominal: primário menos juros nominais. Operacional: primário menos juros reais. Na ótica da NFSP, em que o déficit tem sinal positivo, os juros se somam: NFSP nominal é a NFSP primária mais os juros nominais.

10.

De que depende a sustentabilidade da dívida e qual o papel do Anexo de Riscos Fiscais?

Depende do resultado primário, da taxa de juros e do crescimento do PIB, com foco na relação dívida bruta/PIB. O Anexo de Riscos Fiscais avalia passivos contingentes e outros riscos e informa as providências se se concretizarem.

11.

Como a LC 200/2023 liga o limite de despesas à meta de resultado primário?

Os limites individualizados de despesa primária são corrigidos pelo IPCA e crescem, em termos reais, 70% do crescimento real da receita primária se a meta apurada no exercício anterior ao da elaboração da LOA foi cumprida, ou 50% se não foi, sempre entre 0,6% e 2,5% ao ano. A meta tem tolerância de 0,25 p.p. do PIB; abaixo do limite inferior, aplicam-se as vedações do art. 167-A da CF (art. 6º).

§ Questões literais (Certo ou Errado)

Cada item reproduz ou altera uma passagem das fontes do tópico: norma, manual ou doutrina. Marque C ou E. O gabarito está na página seguinte e, quando a fonte é uma norma, traz o trecho conferido.

1. Pela CF, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. ( )

2. Pela LC 200/2023, a LDO estabelecerá as metas anuais de resultado nominal do Governo Central para o exercício e os dois seguintes. ( )

3. Pela LC 200/2023, considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida o estabelecimento de metas de resultado primário até a estabilização da relação DBGG/PIB. ( )

4. Pela LRF, o Anexo de Metas Fiscais estabelecerá metas relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício e os dois seguintes. ( )

5. Pela LRF, no Anexo de Riscos Fiscais serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas. ( )

6. A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado. ( )

7. Bens públicos puros são caracterizados pela rivalidade no consumo e pela possibilidade de exclusão. ( )

8. Tributos indiretos sobre o consumo tendem a ser regressivos em relação à renda. ( )

9. O resultado primário positivo implica, necessariamente, redução da dívida pública em termos nominais. ( )

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

10. Na teoria do federalismo fiscal, a função distributiva tende a ser atribuída preferencialmente aos governos locais. ( )

11. No Brasil, o resultado fiscal abaixo da linha é apurado pelo Tesouro Nacional, pela variação total da dívida líquida do setor público, incluídos os ajustes patrimoniais. ( )

12. Pela LRF, no caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de LDO conterá os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, de 0,25 ponto percentual do PIB para menos e para mais. ( )

13. Pela LC 200/2023, se a meta de resultado primário não tiver sido cumprida, o crescimento real dos limites de despesa primária fica limitado a 70% do crescimento real da receita primária. ( )

14. Pela Constituição, em dispositivo incluído pela EC 132/2023, as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos. ( )

AMOSTRA

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

✓ Gabarito das questões literais

1 C

Pela CF, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

> **CF, art. 145, § 1º**
> "§ 1º **Sempre** que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte."

2 E

Pela LC 200/2023, a LDO estabelecerá as metas anuais de resultado nominal do Governo Central para o exercício e os dois seguintes.

Resultado primário, para o exercício e os 3 seguintes.

> **LC 200/2023, art. 2º**
> "Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as respectivas metas anuais de resultado **primário** do Governo Central, para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, compatíveis com a trajetória sustentável da dívida pública."

3 C

Pela LC 200/2023, considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida o estabelecimento de metas de resultado primário até a estabilização da relação DBGG/PIB.

> **LC 200/2023, art. 2º, § 1º**
> "§ 1º Considera-se compatível com a sustentabilidade da dívida pública o estabelecimento de metas de resultados primários, nos termos das leis de diretrizes orçamentárias, até a estabilização da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Anexo de Metas Fiscais de que trata o § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)."

4 C

Pela LRF, o Anexo de Metas Fiscais estabelecerá metas relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício e os dois seguintes.

> **LC 101/2000, art. 4º, § 1º**
> "§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes."

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

5 C

Pela LRF, no Anexo de Riscos Fiscais serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

> **LC 101/2000, art. 4º, § 3º**
> "§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem."

6 C

A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

Enap, módulo 4, p. 14.

> **Enap, Economia do Setor Público (2018), p. 14**
> "A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado."

7 E

Bens públicos puros são caracterizados pela rivalidade no consumo e pela possibilidade de exclusão.

Não rivalidade e não exclusão.

> **EVG, Finanças Públicas e Estatísticas Fiscais, p. 34**
> "São exemplos de bens públicos puros a iluminação pública, as forças armadas, os tribunais de justiça, em resumo, todos os outros bens que reúnam, simultaneamente as características de **não rivalidade e** não exclusão."

8 C

Tributos indiretos sobre o consumo tendem a ser regressivos em relação à renda.

Pessoas de menor renda consomem proporção maior da renda.

> **Enap, Economia do Setor Público (2018), p. 10**
> "Os tributos regressivos são aqueles em que aumentam conforme o cidadão desce na pirâmide socioeconômica: quanto menor a renda, mais paga-se tributo."

9 E

O resultado primário positivo implica, necessariamente, redução da dívida pública em termos nominais.

Se os juros superarem o primário, há déficit nominal.

> **EVG, Finanças Públicas e Estatísticas Fiscais, p. 96**
> "Resultado primário Confronto de receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela relativa aos **juros** nominais incidentes sobre a dívida líquida"

10 E

Na teoria do federalismo fiscal, a função distributiva tende a ser atribuída preferencialmente aos governos locais.

Tende a ficar com o governo central, pela mobilidade das pessoas e da base tributária.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

11 E

No Brasil, o resultado fiscal abaixo da linha é apurado pelo Tesouro Nacional, pela variação total da dívida líquida do setor público, incluídos os ajustes patrimoniais.

É apurado pelo Banco Central, pela variação da dívida fiscal líquida, que não registra ajustes patrimoniais nem variações cambiais (Enap/EVG, p. 86, 87 e 94).

> **EVG, Finanças Públicas e Estatísticas Fiscais, p. 94**
> "Outro fator de destaque é que a DFL é utilizada como base para o cálculo dos resultados fiscais na metodologia "abaixo da linha"."

12 C

Pela LRF, no caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de LDO conterá os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, de 0,25 ponto percentual do PIB para menos e para mais.

> **LC 101/2000, art. 4º, § 5º, IV**
> "§ 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: (...) IV - os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes, de menos **0,25 p.p.** (vinte e cinco centésimos ponto percentual) e de mais **0,25 p.p.** (vinte e cinco centésimos ponto percentual) do PIB previsto no respectivo projeto de lei de diretrizes orçamentárias;"

13 E

Pela LC 200/2023, se a meta de resultado primário não tiver sido cumprida, o crescimento real dos limites de despesa primária fica limitado a 70% do crescimento real da receita primária.

Com a meta descumprida, a proporção é de 50%; os 70% valem quando a meta foi cumprida (art. 5º, I e II), sempre entre 0,6% e 2,5% ao ano (§ 1º).

> **LC 200/2023, art. 5º, I e II**
> "I - 70% (setenta por cento), caso a meta de resultado primário apurada no exercício anterior ao da elaboração da lei orçamentária anual tenha sido cumprida (...) II - 50% (cinquenta por cento), caso a meta de resultado primário apurada no exercício anterior ao da elaboração da lei orçamentária anual não tenha sido cumprida"

14 C

Pela Constituição, em dispositivo incluído pela EC 132/2023, as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

> **CF, art. 145, § 4º**
> "§ 4º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos."

Legislação, jurisprudência e fontes

Legislação e normas

- Constituição Federal, art. 145, § 1º (capacidade contributiva), §§ 3º e 4º (princípios do sistema tributário e atenuação de efeitos regressivos, EC 132/2023), art. 153, § 2º, I (progressividade do IR), art. 156-A, § 1º (neutralidade do IBS) e arts. 157 a 162 (repartição de receitas).

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

- LC 200/2023 (Regime Fiscal Sustentável), arts. 2º a 6º e 8º (meta de primário, limites de despesa e medidas de ajuste).
- LC 101/2000 (LRF), art. 4º, §§ 1º, 3º e 5º (Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais e conteúdo próprio do Anexo de Metas da União).

Doutrina e materiais de referência

- Richard Musgrave, *The Theory of Public Finance*: as três funções.
- Wallace Oates, *Fiscal Federalism*: correspondência fiscal.
- Fabio Giambiagi e Ana Cláudia Além, *Finanças Públicas*.

Atividades sugeridas do Estratégia e do TEC neste tópico

Curso e aula	Páginas	Foco
Finanças Públicas · Aula 00	p. 3 a 75	Falhas de mercado e funções do governo
Finanças Públicas · Aula 01	p. 3 a 35	Déficit, dívida, NFSP e sustentabilidade
Finanças Públicas · Aula 02	p. 3 a 57	Tributação: tipos, progressividade, neutralidade
Finanças Públicas · Aula 03	p. 3 a 38	Federalismo fiscal

Cadernos do TEC

Caderno	Assuntos cobrados (questões do Cebraspe em cada um)
Caderno do tópico, 127 questões tecconcursos.com.br/s/Q4pT33	Bem Estar e Funções do Governo (55); Bens Públicos (Economia) (33); Externalidades (20); Informações Assimétricas (19).
Caderno extra 1, 85 questões tecconcursos.com.br/s/Q4pT53	Dívida Pública, NFSP e Tipos de Déficit Público no Brasil (85).
Caderno extra 2, 19 questões tecconcursos.com.br/s/Q4pT3a	Princípios Teóricos da Tributação (18); Curva Reversa (de Laffer) (1).

Links do Estratégia: página de aulas de cada curso. As páginas são as do PDF da aula, como aparecem no leitor de PDF (na maioria dos cursos, o número do rodapé "N de total"; em algumas aulas o número impresso no topo da página é menor). Os capítulos do curso pós-edital (LDI) abrem direto no item indicado.

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Quem escreveu isso

Meu nome é Pietro Viecili, Auditor Federal de Finanças e Controle, aprovado em 2º lugar na CGU. Sou pai de 4 crianças e não abro mão da convivência com elas.

Em 1º de abril de 2022 eu recebi o salário às 10h da manhã. Às 15h44 eu tinha pouco mais de 1 real na conta. A luz estava atrasada há dois meses, a água no gato, a internet já cortada. Eu tinha ganhado uma passagem para fazer a prova da CGE-MS e não tinha dinheiro para chegar no aeroporto. Já era pai, e tinha acabado de fazer a prova da CGU sem saber o resultado.

Antes daquele dia eu estudei numa tábua de passar roupa, porque não tinha mesa, e dormia num colchonete no chão. Estudava de madrugada, no Natal, com bebê no colo. Foram 7 reprovações. Uma por 0,05 ponto. Outra porque eu troquei a folha de resposta da discursiva.

A virada não foi esforço. Eu já estava no limite. Foi parar de tratar concurso como prova de resistência e começar a estudar como atleta: estratégia, análise, planejamento e periodização. Veio o 2º lugar na CGU, o 1º no TJ-RO e na DPE-RO, a PF e a FAB. São 7 aprovações em 14 concursos, e hoje mais de 150 mentorados acompanhados com esse método.



Escrevi estes 143 resumos com o edital aberto item por item e as fontes oficiais do lado: o Manual de Orientações Técnicas, as instruções normativas da Secretaria Federal de Controle, a Lei 14.133, a Lei de Acesso à Informação, as normas de integridade pública e privada, os materiais da Escola Virtual de Governo e, nos resumos de TI, a documentação oficial das tecnologias cobradas. São 2.113 citações literais, cada uma conferida no texto oficial e com o artigo ou a página de onde saiu, porque é dali que o Cebraspe tira a frase e troca uma palavra.

Em 121 dos 143 tópicos existe pelo menos uma seção que você não vai achar em aula nenhuma. Essas eu precisei escrever do zero.

Você não nasceu pra ser mais um.
Nasceu pra ser o ZeroUm.

AMOSTRA

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Você já tem o conteúdo certo

Os 143 resumos te dão o recorte do edital e a norma do jeito que a banca cobra. O que eles não decidem é a terça-feira. Quando o trabalho atropela a semana, quando o simulado volta com 54% e você não sabe qual das 14 disciplinas atacar primeiro, quando falta um mês e meio e você precisa escolher o que vai abandonar. Material nenhum decide isso por você, porque a decisão depende da sua rotina, do seu histórico de acerto e da sua data.

É isso que eu faço na Mentoria Pós-Edital CGU, com você, até 13 de dezembro:

- plano montado sobre este edital e sobre a sua rotina real, com meta diária de teoria, questão e revisão
- periodização até o pico na data da prova, do jeito que atleta treina para competição
- plantão de dúvidas e acesso direto a mim no WhatsApp
- módulo de discursiva, que vale metade da nota da prova
- Assinatura Premium do Estratégia Concursos inclusa

Dois meses, R$ 797 com a assinatura do Estratégia inclusa, ou R$ 627 sem ela.

O que você pagou por este material é abatido integralmente. Me chame no WhatsApp, confiro seu pedido e aplico o crédito.

Chamar o Pietro no WhatsApp

Silêncio e trabalho. VAMO.

AMOSTRA

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui

Esta foi uma amostra completa

Você acabou de ler um dos 143 resumos do Resumo Completo CGU, inteiro, do jeito que o aluno recebe: o recorte exato do edital, as citações literais conferidas na norma, os quadros do Cebraspe, as questões com gabarito e os cadernos do TEC.

O material completo cobre a P1 e a P2, iguais para todos, e as quatro P3: Auditoria, Ciência de Dados, Infraestrutura e Desenvolvimento. São mais de 2.100 citações literais e 3.053 questões com gabarito.

Só o Resumo Completo CGU

Os 143 resumos por R$ 197 à vista ou 12x de R$ 20,37.

Quero o Resumo Completo CGU

Missão CGU, com o Resumo incluso

Dois meses de mentoria individual até a prova, com plano de estudos, reuniões semanais, acesso a mim pelo WhatsApp, 3 simulados no formato Cebraspe e os 143 resumos inclusos. A partir de R$ 627 à vista.

Quero a Missão CGU

Ficou com dúvida? Me chame no WhatsApp.

Silêncio e trabalho. VAMO.

AMOSTRA

Resumo Completo CGU · Edição 2026

Mentoria ZeroUm

AMOSTRA · Resumo Completo CGU · material completo do tópico, sem cortes · garanta o seu aqui